

A ALDEIA AVÁ – GUARANI EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU E A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS NAS ESCOLAS REGULARES

Jennifer Rafaela Serafim Ferezin¹

RESUMO

A região oeste Paranaense está rodeada de aldeias indígenas, desta forma, entende-se a necessidade de estudar a presença dos alunos indígenas nas escolas regulares da região, nas escolas indígenas e o trabalho pedagógico que está sendo realizado nas mesmas. O objetivo deste estudo está relacionado à avaliação dos alunos indígenas referente à língua materna e o português, o ensino regular, as dificuldades dos professores tanto estruturais como pedagógicas, formação de professores e as características das escolas, em especial o Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo situado na Aldeia Avá – Guarani em São Miguel do Iguaçu. Para a realização deste trabalho utilizou-se de pesquisa de campo, como visita a aldeia Avá - Guarani, estudos referentes aos documentos indígenas, referenciais educacionais específicos para a modalidade de ensino indígena, Projeto Político Pedagógico da escola, entrevistas com a pedagoga, professores da aldeia e o responsável pela modalidade de ensino indígena do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu. Sendo assim, um dos maiores resultados desta pesquisa foram os acréscimos aos estudos acadêmicos e um entendimento maior sobre a modalidade de ensino indígena. Outro acréscimo relevante foram os exemplos de aperfeiçoamento do processo de escolarização dos alunos indígenas, com programas de formação superior e específica para a docência nas escolas indígenas valorizando a cultura e a língua materna, reafirmando o interesse de todos para uma educação de qualidade. Portanto, o presente trabalho atendeu as expectativas, além de proporcionar um embasamento teórico e prático da modalidade de ensino indígena, da valorização da cultura e do trabalho intercultural e diversificado.

PALAVRAS-CHAVE: educação indígena, avaliação, formação.

Introdução

O presente trabalho tem como título A Aldeia Avá – Guarani em São Miguel do Iguaçu e a avaliação dos alunos nas escolas regulares, o objetivo que norteia este texto está relacionado à apresentação das características da escola indígena em São Miguel do Iguaçu e às dificuldades dos Professores e dos alunos no desenvolvimento referente à língua materna e a forma mais coerente de avaliar.

¹Pós-graduanda, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, PR, Brasil. Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Faculdade União das Américas. Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1000, 85870-901, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.. E-mail: <jenniferferezin@gmail.com>.

Entende-se que a escolha deste tema é relevante, pois na região Oeste Paranaense a quantidade de indígenas cresce significativamente, desta forma sente-se a necessidade de relatar sobre este conteúdo, já que a formação docente capacita para atuar nesta modalidade de ensino e as escolas de Foz do Iguaçu e de outras localidades dessa região podem receber alunos indígenas, sendo essa nova demanda de Professores e Pedagogos em formação os responsáveis por atender esses alunos.

A maior preocupação quanto à avaliação dos alunos inseridos na modalidade de ensino indígena está relacionada à continuação de seus estudos e de que forma os professores não indígenas iram avaliar esses alunos, portanto a escolha deste tema vai ao encontro das políticas públicas direcionadas a educação escolar indígena, ao interesse acadêmico em aprofundar-se neste tema e a proximidade da Aldeia Avá – Guarani.

O método escolhido para a elaboração deste trabalho está baseado em estudos sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena, Plano Nacional de Educação, Currículo Básico e o Projeto Político Pedagógico da aldeia, sendo esses documentos voltados para a Educação Escolar Indígena.

As partes entendidas como as mais importantes da pesquisa foram as visitas de campo a aldeia, as entrevistas com os Professores e com o responsável pela Educação Escolar Indígena no Núcleo de Educação de Foz do Iguaçu.

Portanto, nas páginas seguintes serão apresentadas algumas características do processo histórico da Educação Escolar Indígena no Brasil e principalmente como está organizada a escola indígena em São Miguel do Iguaçu. As afirmações que se seguem são baseadas em documentos, observações, conversas com Professores e colegas, sendo toda essa troca de experiências fundamental para formação acadêmica e para a compreensão do conteúdo.

Desenvolvimento

O primeiro relato referente à garantia dos direitos do Índio acontece em 1988 através da Constituição Federativa do Brasil, de acordo com Art. 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e

tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

A partir da Constituição Federal, as sociedades indígenas passam a ter seus direitos assegurados referente a uma educação escolar diferenciada, ensino bilíngue e intercultural. Desta forma, outras políticas públicas são criadas em função dos direitos educacionais diferenciados, garantido a preservação da língua materna, costumes, crenças, conhecimentos e principalmente sua memória histórica.

Com a intenção de melhorar muito mais a Educação Escolar Indígena, o Decreto nº 26/91 em seu artigo 1º, atribui ao Ministério da Educação a coordenação das ações referente à Educação Indígena em todos os níveis e modalidades de ensino e ainda salienta a contribuição das Secretarias de Educação Municipais e Estaduais.

Logo após, a Portaria Interministerial MJ/MEC Nº 559/91 estabeleceu a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena – NEIs nas Secretarias Estaduais de Educação, de caráter interinstitucional com representações de entidades indígenas e com atuação na educação escolar indígena, tendo como prioridade a capacitação dos professores indígenas, pessoal técnico na área pedagógica e remuneração igual aos demais, e ainda a organização dos calendários escolares, metodologia, avaliação de materiais didáticos adequados à realidade sócio-cultural de cada sociedade indígena.

A reafirmação das Políticas Públicas direcionadas a Educação Escolar Indígena acontece com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, tendo como objetivos principais a recuperação das memórias, identidade étnica, língua e o acesso às informações e conhecimentos técnicos científicos da sociedade.

De acordo com o artigo 79 da LDB, ao elaborar os conteúdos e projetos a União deverá considerar a opinião das comunidades indígenas, proporcionar programas de formação continuada específica para essa modalidade de ensino, desenvolver um currículo diferenciado contemplando as características de cada comunidade indígena, como o material didático específico, sempre preservando as especificidades da comunidade em questão.

A Resolução 03/99 publicada em 17/11/1999 tem como objetivos principais, reconhecer as instituições com normas e ordenamentos jurídicos próprios, ou seja,

garantir a autonomia pedagógica e curricular das escolas, e proporcionar uma formação específica para os professores indígenas.

Desta forma, salienta a participação efetiva da comunidade, quando as decisões tomadas em toda a sociedade indígena, entre outras garantias, sendo esse um documento fundamental na implementação e funcionamento das escolas indígenas.

O MEC publicou em 1993 as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena como necessidade de reconhecimento de parâmetros para a atuação das diversas agências governamentais e lançou, recentemente, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), objetivando oferecer subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas e, assim, melhorar a qualidade do ensino e a formação dos alunos indígenas como cidadãos como a prática nas salas de aula.

Outro documento relevante na construção dos direitos da Educação e em especial a Educação Escolar Indígena, é o Plano Nacional da Educação, Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, que garante os direitos pré-definidos em outras legislações entre outros assuntos, como ofertar gradativamente a 5ª a 8ª série, a participação em programas do Governo, adaptados as particularidades da modalidade de ensino, infraestrutura flexível de acordo com as condições climáticas da região onde se encontra a escola. De acordo com PNE (2001):

A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

As legislações e a Educação Escolar Indígena sofreram avanços significativos no que diz respeito à garantia e aplicação dos direitos, mas para as Escolas Indígenas ainda existem algumas dificuldades pertinentes. De acordo com o Referencial Curricular Nacional (2008): “Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados”. (RCNEI, p.11)

Alguns desses conflitos são: Não reconhecimento das escolas indígenas; Falta de infraestrutura adequada; Discriminação e preconceito; Não implementação da legislação da Educação Escolar Indígena, em especial a Resolução 03/99; Ausência de representação indígena nos Conselhos de Educação; Falta de uma política pública para atender a necessidade do Ensino Superior voltado aos interesses dos povos indígenas buscando o compromisso das universidades públicas; Falta de atendimento ao Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª série; Falta de concursos públicos diferenciados para resolver a situação dos contratos temporários.

É fato que existem muitas dificuldades, mas há também exemplos de escolas que mesmo passando por essa situação tem motivos para se orgulhar do trabalho que realiza. Desta forma, apresentar-se-á algumas considerações sobre a organização entre outros aspectos da escola indígena situada em São Miguel do Iguçu.

A Escola Rural Indígena Avá-Guarani, situada na Área Indígena do Ocoy, distrito de Santa Rosa do Ocoy, foi autorizada em 1994, devido à mudança da coordenação da Educação Indígena passando a responsabilidade da FUNAI para os Municípios, neste caso, São Miguel do Iguçu, a escola passou a denominar-se Escola Rural Municipal Indígena Avá-Guarani, ofertando Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A demanda de alunos estava cada vez maior e sentido a necessidade de garantir a educação aos alunos, a comunidade indígena solicitou a ampliação da instituição com a finalidade de atender alunos de 5º a 8º série, em 2008 foi entregue o prédio e concomitantemente a estadualização da instituição, portanto, denominada Escola Estadual Indígena Teko Nemoingo. Já no ano de 2010, foi autorizada a implementação do Ensino Médio, mudando novamente a nomenclatura da instituição para Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo, que atualmente atende Educação Infantil, Ensino Fundamental 1º a 9º ano, Ensino Médio e EJA (Educação de jovens e adultos).

Desta forma, a instituição é 75% Estadual e 25% Federal, recebendo ainda ajuda de outras entidades, como a Itaipu.

O Colégio possui sua organização escolar muito similar com as de outras escolas, mas não perde suas especificidades, no geral é uma instituição de ensino com qualquer outra. Sendo assim, o colégio possui 230 alunos, 32 funcionários,

sendo 20 professores, desses professores, 6 são indígenas, metade (3) dos professores indígenas fazem Magistério específico para a modalidade de ensino indígena, e metade (3) fazem o Magistério normal. A Diretora Edite Telch é formada em história e pós-graduada em psicopedagogia, a Pedagoga Eliane Sant' Ana é formada em Pedagogia. A coordenação e direção realizam reuniões com todos os professores e com a comunidade, tendo sempre uma participação efetiva, visto que a comunidade tem papel fundamental nas decisões da instituição.

Em entrevista com o Professor Adilson Manfrin, responsável pela Educação Escolar Indígena no Núcleo de Educação de Foz do Iguaçu, ele relatou que é responsável por tudo que está relacionado à educação indígena, financiamentos e acompanhamento da instituição. Foi enfático ao falar sobre a interculturalidade, o diálogo sobre os conhecimentos entre as culturas, o respeito entre os professores e funcionários, e principalmente na formação do sujeito como um ser pensante e apto para tomar decisões dentro da comunidade, portanto os indígenas entendem a relevância de aprender o português, muito mais usado do que o guarani, para relacionar-se na sociedade.

Além das experiências significativas, a Educação Escolar Indígena tem outras particularidades, nossa análise partirá deste ponto com considerações sobre a avaliação dos alunos na Aldeia Avá-Guarani e a relação com as escolas regulares no desenvolvimento dos estudantes.

A Avaliação foi considerada durante muito tempo como um instrumento de controle, impedindo a manifestação de muitos alunos. Portanto, a proposta de uma avaliação voltada para Educação Escolar Indígena, segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena - RECNEI (2008, p. 70), “deixa de ser um instrumento de negação/exclusão para ser um instrumento positivo e de apoio, incentivo e afirmação dos novos projetos educativos das diversas sociedades”.

Para isso a proposta do Referencial, visa uma prática avaliativa, qualitativa, múltipla, contínua, cumulativa, de caráter formativo e não eliminatório, desta forma, considera-se relevante no processo de construção do conhecimento de acordo com o Referencial (2008, p. 70), “a produção oral, escrita, pictográfica, numérica, dramática – possibilita o uso de diferentes códigos e linguagens para a expressão da aprendizagem”. E ainda salienta como mecanismo de avaliação a utilização de debates, entrevistas, produções e trabalhos do decorrer do ano, relatórios dos

alunos, auto avaliação, diários dos professores, observação e tudo que acreditar ser pertinente na construção do conhecimento.

Para complementar o tema, o Referencial (2008, p. 74) resumidamente aponta 3 modos de implementar a avaliação nas escolas indígenas.

- **Avaliação diagnóstica:** “é a avaliação inicial de um processo, ou quando se inicia um determinado momento das relações de ensino – aprendizagem”.
- **Avaliação contínua:** olhar reflexível quanto ao aluno e ao professor do decorrer do processo de ensino – aprendizagem.
- **Final:** identifica os avanços, as dificuldades e o trabalho que ficou pendente durante o processo, para que possa ser finalizado.

Entende-se que a avaliação é um processo indissociável do ensino-aprendizagem, e para que o professor possa identificar o desenvolvimento do aluno é necessário muitas vezes rever e intervir nas metodologias utilizadas, a avaliação para a comunidade indígena em questão deve ser o mais simples possível, visto que a instituição é bilíngue e possui professores não indígenas, portanto é preciso acompanhar os alunos, adaptar as metodologias, acompanhar o currículo específico da modalidade de ensino e valorizar toda produção realizada pelo aluno.

A avaliação não deve ser utilizada como o ponto final dos resultados obtidos durante o ano, mas sim, parte de um processo que está em constante transformação e adaptações. De acordo com Luckesi (2001, p. 85): “A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com o um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela substitui um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido”.

Portanto, o Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo entende a avaliação como uma prática baseada no diálogo e na busca por soluções, nessa perspectiva, nada mais é do que mais uma estratégia didática, criada e utilizada de acordo com o tipo de aluno e de um projeto pedagógico que se deseja.

Da mesma forma, a postura avaliativa e de planejamento didático do professor é constante, ele deve poder analisar não só a dinâmica do desenvolvimento do próprio grupo de alunos, como o desempenho de cada aluno em particular, com vista a subsidiar o planejamento de suas intervenções. De acordo com Hoffmann (2003, p. 17): “A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação,

essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento”.

Pode-se dizer, então, que a avaliação nas escolas indígenas desempenha um caráter formativo e diversificando, não se restringindo em um único sistema de medir.

Entretanto a avaliação nesta instituição, devido seu caráter Estadual é somatória, sendo 70% das notas em provas escritas, contendo questões objetivas e subjetivas, e 30% em trabalhos, e/ou pesquisas escritas ou apresentadas oralmente, no caso da escola indígena também podem ser avaliados através de trabalhos artesanais, pesquisas da comunidade expressas oralmente ou grafias e desenhos.

O aluno indígena cujo aproveitamento for insuficiente poderá obter a oportunidade de realizar mediante recuperação paralela, proporcionados pelo professor da disciplina e de Língua Materna Guarani. A recuperação tem caráter de aprendizagem e desenvolvimento do aluno que não atingiu o aproveitamento máximo, sendo assim, uma oportunidade para a compreensão dos conteúdos e o aumento da média.

De acordo com os relatos da Pedagoga, quando o professor não indígena percebe que seu aluno não compreendeu o conteúdo, solicita o auxílio do professor bilíngue para que o mesmo possa transmitir os conteúdos em Guarani (Língua Materna), já as avaliações escritas específicas da Língua Materna são redigidas de acordo com a mesma, e as avaliações de outros conteúdos redigidas em português, entretanto quando o aluno escrever nas duas línguas o professor não indígena deverá considerar, caso esteja de acordo com os conteúdos, visto que para alguns alunos a dificuldade de escrever em português é bem maior do que compreender o que é dito.

Segundo o Professor Ilário Alves, responsável pela turma de Educação Infantil do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo, a avaliação é baseada nas duas línguas (português e guarani), os alunos são alfabetizados em guarani, visto que é sua língua materna e também em português, já que será muito utilizá-lo no decorrer de seu desenvolvimento na sociedade. O Professor Ilário trabalha com desenhos, alfabeto, entre outras atividades, sempre voltadas para a família,

comunidade e o meio em que vivem. Já os alunos de 1º ano, continuam nessa mesma perspectiva, no entanto possuem avaliação (prova).

Entendido como acontece o processo de avaliação segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena, a LDB e a própria organização do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo, pergunta-se como ocorrerá o desenvolvimento desses alunos a partir do momento em que não estiverem mais inseridos na modalidade de ensino indígena?

De acordo com pesquisas e relatos do Professor Adilson Manfrin, responsável pela Educação Indígena no Núcleo de Educação de Foz do Iguaçu, as instituições deverão adaptar-se às peculiaridades dos alunos indígenas respeitando em todo o momento seus costumes, crenças, conhecimentos e principalmente sua memória histórica. Cabe ao professor, a busca pelo conhecimento específico desta modalidade de ensino, e ao projeto político pedagógico incluir as especificidades da cultura, língua materna e métodos avaliativos.

Caso o aluno tenha o interesse de prosseguir em seus estudos, as Universidades Estaduais e Federais realizam um processo de seleção diferenciado para respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas e assegurar mecanismos mais justos de avaliação, ou seja, em língua materna, não é cota específica, é processo seletivo diferenciado.

Mesmo com relatos e informações referentes às mudanças e adaptações que devem ocorrer referente ao aluno indígena na educação regular, em algumas instituições isso ainda não acontece. Segundo a Professora Simone da Escola Municipal Arnaldo Isidoro de Lima, na Vila C, havia nesta instituição uma aluna indígena que morava próximo à escola e passou a frequentar a mesma, no início devido suas particularidades a aluna não queria usar roupas, e muito menos frequentar a escola, suas atividades eram redigidas em guarani e português, devido à pouca ou nenhuma informação da instituição e dos professores a aluna desistiu da escola.

A partir dessas informações entendemos que a educação caminha de maneira lenta quanto às mudanças, a implementação das leis e o respeito à pluralidade cultural. Este exemplo é claro quanto às dificuldades dos professores em trabalhar, desenvolver e avaliar os conhecimentos e conteúdos apresentados aos

alunos, principalmente referente às suas especificidades culturais, demonstrando quão defasada está a formação docente dos professores e pedagogos.

No entanto, o Curso de Pedagogia da Faculdade União das Américas – Uniamérica tem demonstrado ser referência quanto ao esclarecimento dos assuntos mais pertinentes da educação, através da disciplina de Temáticas Regionais obteve-se a possibilidade de entender, refletir e relacionar a Educação indígena com o contexto social em que vivemos, sendo esse processo de suma importância para a formação docente e o exercício profissional.

Desta forma, a avaliação dos alunos indígenas na rede regular de ensino deve pautar-se nos mesmos princípios citados no Referencial, respeitando a cultura, língua materna, de forma contínua qualitativa e desmistificando a visão de classificação e exclusão.

Conclusão

Pretendeu-se com este trabalho esclarecer de forma clara e objetiva como está organizada a Modalidade de Ensino - Educação Indígena, e a avaliação dos alunos, especificamente no Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo.

A avaliação faz parte integrante da construção, da formação e do desenvolvimento dos alunos, baseada em um processo de ensino-aprendizagem específico para as áreas indígenas, construindo espaços educacionais embasados nas experiências trazidas pelos alunos, garantindo um bom nível de aprendizagem, enfatizando a afirmação cultural e linguística.

Desta forma, a maneira como o Colégio Teko Nemoingo trabalha reafirma as interações educativas e os princípios pedagógicos voltados para a Educação Escolar Indígena intercultural, diversificada e de qualidade, tendo sempre a comunidade diretamente interligada nesse processo, construindo formas de relacionamento e favorecendo a construção de uma escola comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada.

Os conteúdos aprendidos durante o processo de pesquisa e construção deste trabalho auxiliaram na percepção da cultura indígena como algo presente, rico, e extremamente relevante para a formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado Federal, 1988.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

RCNEI - **Referencial Curricular Nacional Educação Indígena**. Brasília: MEC/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, 1998.

Ministério da Justiça e Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº559** de 16 de abril de 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 32º. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.